



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE
ESTADO DE MINAS GERAIS

PROJETO DE LEI Nº

26/83

MODIFICA A LEI Nº 2.224/80 NOS ARTIGOS 1º, 2º e 4º E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete decreta:

ART. 1º - Os artigos 1º e 2º e 4º da lei nº 2.224/80 passam a ter as seguintes redações:

"Artigo 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a aceitar em caução de proprietários de loteamentos a serem implantados na zona urbana e suburbana do Município área correspondente até 20% (Vinte por cento) da área loteada, como garantia dos serviços de urbanização, tudo de conformidade com o disposto na presente Lei, sem prejuízo da área de doação prevista no artigo 29 da Lei nº 2.150/79."

"Artigo 2º - A área a ser caucionada de 20% (Vinte por cento) da área loteada, será escolhida por uma Comissão Trina, especialmente nomeada para esse fim."

"Artigo 4º - A liberação da área caucionada far-se-á da seguinte maneira e forma:

- a) 2,5% (dois virgula cinco por cento), no término da abertura das ruas;
- b) 2,5% (dois virgula cinco por cento), no término da instalação da rede de água potável;
- c) 2,5% (dois virgula cinco por cento), no término da instalação da rede de esgoto;
- d) 2,5% (dois virgula cinco por cento), no término da colocação de meio fios, encascalhamento e compactação das ruas;
- e) 5% (cinco por cento), no término da instalação da rede elétrica;
- f) 5% (cinco por cento), no término da pavimentação, (asfalto, paralelepípedos, políedricos, concretos e lajotas) da construção da rede de água pluviais e da arborização e paisagismo."

Comissão de Legislação e
Constituição, para parecer.

15/06/83
Presidente

Para a Comissão de Legislação e
Constituição, para parecer.

15/06/83
Presidente

A Viação e Obras Públicas
para parecer.

15/06/83
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE
ESTADO DE MINAS GERAIS

ART. 2º - Revogam-se as disposições em contrário entrando esta Lei em vigor na data de sua promulgação e publicação.

Sala das Sessões, 15 de junho de 1983.

Alfredo Laporte

Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE
ESTADO DE MINAS GERAIS

JUSTIFICATIVA:

A lei de nº 2.224/80 veio obviamente criar certas facilidades, e segurança total p/ os loteadores como também p/ Prefeitura Municipal de C. Lafaiete.

Mas tendo em vista observado que os preços dos lotes ficaram totalmente inviáveis com isto contribuindo p/ o processo inflacionário, que tanto sofremos, e tirando a chance do elemento de baixa renda adquirí-lo.

E para bem recorrermos uma abertura nun sentido de flexisionarmos da lei do código de obras 359/57 que opera mais com a mais de contribuição de melhoria, Editais de calçamento como também editais de Água e Esgoto.

Cuja o padrão em nossa cidade e COPASA considerado pelos órgãos internacionais de saúde o mais eficiente em todo Mundo.

Sabemos que a COPASA em compromisso já firmado com a Prefeitura Municipal por via contratual, não poderá em hipótese alguma flequicionar no sentido de permitir que as empresas imobiliarios construa redes de esgoto e água, e sim empresas já credenciada por este órgão estatal, que segue a linha de conduta higienica, exigida por este órgão.

Então torna-se inobrigatorio o cumprimento desta lei cuja a demonstração tem sido fato de observação por parte desta Comarca.

Pois Projetos de leis já tramitaram no sentido de prolongar para 36 meses para o cumprimento da lei, baseando neste fato, tendo em vista o não cumprimento por parte dos loteadores que deixam fatalmente perder os lotes caucionados em vez de compri-la. É obvio que retornando ao esquema de contribuição de melhoria que ainda é o melhor remedio para solução com mais eficácia deste intento.

Fica aqui a nossa justificativa no sentido de amenizar o processo inflacionário, podendo os senhores incorporadores reduzir os preços dos lotes tendo em vista que os objetos caucionados sejam reduzido pela metade.

Solicitando a todos os Vereadores que vote nesse Projeto de lei dando assim mais uma contribuição para o bom andamento do nosso Município e tentando a menizar o processo inflacionário que hora tanto castiga nosso pais.

Sala das Sessões, 15 de junho de 1983.

Alfredo Laporte

Vereador



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE
ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 2.224/80

DISPÕE SOBRE CAUÇÃO EM LOTEAMENTOS URBANOS E SUBURBANOS
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete decreta e eu,
Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

- ART. 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a aceitar em caução de proprietários de loteamentos a serem implantados na zona urbana e suburbana do Município área correspondente até 40% (Quarenta por cento) da área loteada, como garantia dos serviços de urbanização, tudo de conformidade com o disposto na presente Lei, sem prejuízo da área de doação prevista no artigo 29 da Lei 2150/79..
- ART. 2º - A área a ser caucionada de 40% (quarenta por cento) da área loteada, será escolhida por uma Comissão Trina, especialmente nomeada para esse fim.
- ART. 3º - A caução em garantia deverá, obrigatoriamente, ser dada por instrumento público e deverá contar, pormenorizadamente, as divisas e confrontações da área caucionada.
- ART. 4º - A liberação da área caucionada far-se-á da seguinte maneira e forma:
- a) 5% (cinco por cento), no término da abertura das ruas;
 - b) 5% (cinco por cento), no término da instalação da rede de água potável;
 - c) 5% (cinco por cento), no término da instalação da rede de esgoto;
 - d) 5% (cinco por cento), no término da colocação de meio fios, encascalhamento e compactação das ruas;
 - e) 10% (dez por cento), no término da instalação da rede



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE
ESTADO DE MINAS GERAIS

- 2. -

elétrica;.

1, 10% (dez por cento) no término da pavimentação, (asfalto, paralelepípedos, poliédricos, concretos e lajotas) da construção da rede de águas pluviais e da arborização e paisagismo.

PARÁGRAFO ÚNICO - As liberações de que trata este artigo somente serão procedidas após laudo circunstanciado do Departamento próprio do Município e aprovação do Engenheiro da Prefeitura e do Prefeito Municipal.

ART. 5º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a deferir a aprovação de loteamento requerida sob o amparo da presente Lei, mediante promessa da execução dos serviços enumerados no artigo 4º, no prazo máximo de 2 (dois) anos.

ART. 6º - O não cumprimento desta Lei e da Lei 2150/79, nos prazos previstos, importará na reversão automática da área caucionada de seu remanescente, aos Próprios Municipais, independentemente de notificação ou interpelação judicial.

ART. 7º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 2191/80 de 10 de julho de 1980, entrando esta Lei em vigor, a partir da data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

PALÁCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE,
17 DE NOVEMBRO DE 1980.





CÂMARA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE
ESTADO DE MINAS GERAIS

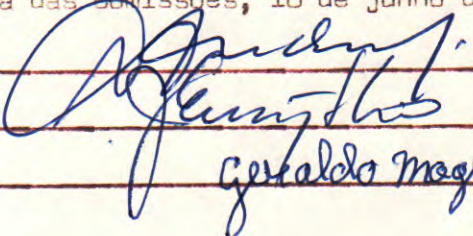
PARECER

APROVADO
21.06.83
fourt

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E CONSTITUIÇÃO

A Comissão de Legislação e Constituição entende que o Projeto nº 26/83 deva ser discutido e votado em plenário.

Sala das Comissões, 16 de junho de 1983.



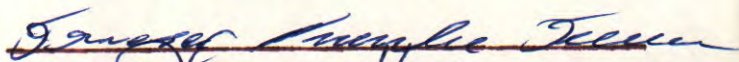
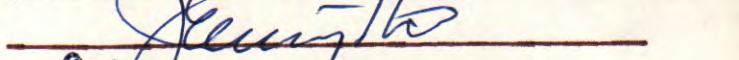
Geraldo Magela

PARECER - COMISSÃO DE FINANÇAS

A Comissão de Finanças entende que o Projeto nº 26/83 deva ser discutido e votado em plenário.

Sala das Comissões, 16 de junho de 1983.

APROVADO
21.06.83
fourt


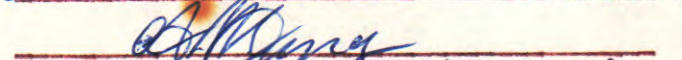
Geraldo Magela

PARECER - COMISSÃO DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

A Comissão de Viação e Obras Públicas entende que o Projeto de Lei nº 26/83 deva ser discutido e votado em plenário.

Sala das Comissões, 16 de junho de 1983.

APROVADO
21.06.83
fourt

Geraldo Magela